

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

A publicação da rede de cursos profissionais foi dada a conhecer pelo Ministério da Educação e Ciência, apenas no passado sábado, 27 de julho.

Esta situação motivou já duras críticas por parte de diversas entidades, nomeadamente da ANESPO, dos diretores escolares, dos alunos e das famílias, atento o facto das renovações de matrículas terem sido realizadas sem que houvesse, por parte do Ministério da Educação e Ciência (MEC), a confirmação dos cursos propostos por cada instituição.

Na audição do Ministro da Educação, realizada a 19 de julho, os deputados do Partido Socialista instaram o MEC a pronunciar-se sobre as garantias que dava aos alunos e família quanto à sua permanência nas escolas e cursos escolhidos. O MEC nada disse.

Entretanto, a publicitação da rede veio agravar estas vozes discordantes visto que os cursos homologados não correspondem às necessidades estabelecidas pelas escolas, verificando-se cortes significativos, uma redução infundada de turmas que não dá resposta ao leque de alunos que pretende enveredar por esta via e a preterição de alunos que, face à restrição verificada, ficam agora sem colocação. Recorde-se, ainda que as escolas já afixaram as listas de alunos admitidos até 25 de julho, conforme calendário estabelecido pelo MEC.

Para agravar esta situação, veja-se que esta diminuição da rede de cursos profissionais implica necessariamente um aumento dos horários zero – professores sem componente letiva-, que não pode, no entanto, ser contabilizado no prazo determinado pelo Ministério para indicação de ausências de componente letiva e cuja data limite era 29 de julho.

Trata-se de uma situação insustentável que deve ser devidamente fundamentada e analisada, com vista à resolução dos prejuízos que inevitavelmente irá causar aos alunos e às famílias cujo percurso educativo é impedido por uma decisão extemporânea, aos professores cuja situação laboral se vê agora comprometida e às boas práticas de gestão e organização do ano escolar. Neste sentido, face à urgência da temática em discussão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer, através de V. Exa., ao Ministro da Educação e Ciência, resposta às seguintes questões:

1. Quais as razões que sustentam a redução da rede de cursos profissionais, nas escolas públicas?

2. Dado o atraso na publicitação da rede escolar que prejudica a organização do ano letivo e discrimina os alunos que pretendiam enveredar pela via profissional, como pensa o Ministério da Educação resolver a situação dos alunos que se candidataram a cursos profissionais que não abriram?
3. Vai o Governo alargar o prazo para as direções das escolas indicarem a ausência de componente letiva?

Palácio de São Bento, terça-feira, 30 de Julho de 2013

Deputado(a)s

ODETE JOÃO(PS)

ACÁCIO PINTO(PS)

CARLOS ENES(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

RUI JORGE SANTOS(PS)

RUI PEDRO DUARTE(PS)